

PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

(Do Sr. CORONEL ARMANDO)

Inclui Parágrafo Único ao Art. 3º-A, da Lei nº 12.340, de 1º de Dezembro de 2010 (Sistema Nacional de Defesa Civil), para dispor sobre a obrigatoriedade dos municípios possuírem servidor específico para questões de Defesa Civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei acrescenta o Parágrafo único ao Art. 3º-A, da Lei 12.340, de 1º de Dezembro de 2010, para dispor sobre a obrigatoriedade de municípios cadastrados com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos a possuírem em seu quadro de servidores profissional específico para questões de Defesa Civil.

Parágrafo único. Deverá todo Executivo Municipal possuir em seu quadro de servidores municipais ao menos um profissional para as atividades afins da Defesa Civil.

Art. 2º Esta lei entra em vigor 24 meses a partir de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de lei que ora apresentamos busca acrescentar ao Art. 3º-A da Lei 12.340, de 1º de Dezembro de 2010, um Parágrafo único para que os municípios brasileiros possuam em seu quadro de servidores um profissional específico para lidar com as questões da Defesa Civil da cidade.

A referida Lei, a qual sugerimos o acréscimo do Parágrafo único, cria o Sistema Nacional de Defesa Civil – SINDEC, bem como, trata sobre as



transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas, além de dar outras providências.

Como exemplo, há a atividade de serviço militar, em que as Prefeituras Municipais têm a responsabilidade de criar uma Junta de Serviço Militar, estabelecido por meio da Lei nº 4.375, de 17 de Agosto de 1964, para tratarem de assuntos relativos à situação das pessoas do gênero masculino. Nesse caso, o Poder Executivo Municipal se responsabiliza em indicar um servidor para lidar com essas questões.

Assim, consideramos ser igualmente importante que as cidades, principalmente aquelas com histórico de desastres ou em áreas suscetíveis de desastres, possuam em seu quadro de servidores públicos ao menos um profissional para tratar de assuntos ligados à atividade de Defesa Civil, com intuito de envolvê-lo na preparação do município para atuar de forma preventiva e, no caso de desastres, prestar rápido socorro e tomar medidas legais para atender à população e amenizar os prejuízos, inclusive, atuar no sentido de adequar o município na busca de recursos junto ao Governo Federal.

Sendo assim, sugerimos que o profissional designado seja selecionado por meio de concurso público, para se descartar a possibilidade de influência política numa área tão sensível à população, resguardar a capacidade técnica do servidor e, o principal quesito: manter a continuidade dos trabalhos realizados junto à Defesa Civil.

Referente ao prazo para a efetividade desta lei, optamos por fixar em 24 meses (dois anos), tempo que acreditamos ser suficiente para as Prefeituras se adequarem e preparem os processos seletivos necessários, visto que é fundamental que as cidades possuam servidores com a capacidade de realizar as atividades ligadas à Defesa Civil, conhecedores dos processos em todos os momentos, desde a prevenção até na gestão de desastres. Possibilitando, assim, maior efetividade às ações da Prefeitura no que tange a área, em especial, nos momentos de crise.



Certos de que os ilustres Pares concordarão com a importância desta proposição para a melhor sistematização das atividades de Defesa Civil nos municípios brasileiros, esperamos contar com o seu imprescindível apoio para a aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, em de de 2022.

Deputado CORONEL ARMANDO

